

Ajuda externa, tropeço interno

Um novo tipo de financiamento foi posto em prática, anteontem, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, oficialmente, um acordo de ajuda ao Brasil no valor de US\$ 18,1 bilhões. No mesmo dia, o governo brasileiro sofreu a primeira derrota no programa de estabilização fiscal, quando a medida provisória sobre a contribuição previdenciária dos servidores federais foi derrubada na Câmara dos Deputados. Foi mais fácil, para o presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe econômica, levantar no exterior US\$ 41,5 bilhões, valor total do pacote de ajuda financeira, do que obter apoio no Congresso para eliminar privilégios e arrumar as contas públicas.

Há pelo menos duas novidades importantes no financiamento proporcionado pelo FMI. Está sendo usado pela primeira vez o Novo Acordo de Empréstimos (New Arrangements to Borrow, NAB), instituído oficialmente em 17 de novembro. É um reforço financeiro proporcionado por 21 dos sócios mais poderosos da instituição. Esse mecanismo proporcionará US\$ 12,7 bilhões, 70% da ajuda total oferecida pelo Fundo. Esse dinheiro será repassado por meio de uma nova linha

de financiamento, de caráter preventivo. Os 30% restantes vão ser fornecidos como empréstimo de estilo tradicional.

O financiamento preventivo envolve uma avaliação bastante positiva das possibilidades do país assistido. Deve ser fornecido quando houver uma "expectativa razoável" de correção do desajuste no balanço de pagamentos. Essa correção dependerá tanto de financiamento adequado quanto da "execução de firmes políticas de ajuste". Essa é a norma geral. No caso brasileiro, a maior parte da arrumação fiscal deverá ocorrer no primeiro semestre de 1999, segundo nota distribuída pelo FMI. Isso permitirá, de acordo com o informe, reduzir os juros no próximo ano – e já ao longo dos primeiros seis meses. Graças a isso, os juros no overnight deverão baixar de 29,7% neste ano para 21,9%, em média, em 1999 – devendo, portanto, estar abaixo desse nível em dezembro próximo.

Para este ano, o FMI, com base em dados fornecidos pelo governo brasileiro, estima o déficit nominal do governo (necessidades de financiamento do setor público) em 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB), 2 pontos acima do calculado para 1997. Esse indicador deverá cair para

4,7% no próximo ano.

As contas do governo federal deverão melhorar substancialmente. O resultado primário – despesas menos receitas, sem contar os juros – deverá passar de um superávit de 0,5% neste ano para 1,8% do PIB no próximo. Essa melhora ficará mais difícil, naturalmente, sem a receita prevista da contribuição previdenciária dos servidores públicos. Ainda será possível salvar parte da arrecadação esperada, se a legislação

for aprovada pelo Congresso no início do ano. Será preciso, no entanto, compensar a perda com redução maior de gastos. Uma derrota dessa importância, além de tudo, pode retardar a redução de juros, acrescentando um obstáculo ao programa de ajuste de 1999.

A nota do FMI menciona a estimativa de crescimento econômico de 0,5% neste ano. Para 1999, aponta-se a expectativa de uma redução de 1% do PIB. Representantes do governo têm evitado, no Brasil, falar em produção em queda no próximo ano, mas nenhuma das projeções disponíveis é muito otimista. Em todo caso, a receita fiscal

poderá ser maior do que a estimada oficialmente, se a recuperação da economia for mais veloz do que se tem previsto.

Isso dependerá em parte das condições internacionais. O pior da crise mundial deve ter passado, segundo as avaliações mais otimistas, mas é cedo, ainda,

Com a aprovação do FMI, abre-se caminho à ajuda estrangeira. Mas falta vencer as barreiras internas

para qualquer afirmação razoavelmente segura. Internamente, a recuperação dependerá da dos juros e, portanto, da rapidez de implantação do programa de ajuste. Até a derrota de quarta-feira, o Executivo federal vinha conseguindo aprovar sem dificuldade as principais medidas do programa. Isso vinha criando, no País e no exterior, condições favoráveis ao retorno dos financiamentos estrangeiros e a decisões sobre novos negócios.

Aprovado o programa pelo FMI, abre-se caminho aos US\$ 23,4 bilhões de financiamentos oficiais de outras fontes. Mas a superação da crise continua a depender fundamentalmente da correção dos desajustes internos – e essa é antes de mais nada uma complexa tarefa política para ser executada em Brasília.